



## **O que está sendo feito?**

### **1. Andamento de estratégias para combater falta de medicamentos do kit intubação é tema de reunião**



A coordenadora finalística do Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac), Célia Regina Souza Delgado, participou nesta terça-feira (30) de [reunião técnica na Câmara dos Deputados](#) para discutir a falta dos medicamentos que compõem o kit intubação, destinado aos pacientes com casos graves de covid-19. O encontro foi promovido

pela Comissão Externa da Câmara dos Deputados que acompanha o enfrentamento da pandemia e, além de integrantes do Giac, teve a presença de parlamentares, representantes do Ministério da Saúde, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), dos Conselhos Nacionais de Secretários de Saúde (Conass) e de Secretários de Municipais de Saúde (Conasems), da Organização Panamericana de Saúde (Opas), além de sindicatos das indústrias farmacêuticas e de distribuidoras.

No encontro, o secretário executivo do Ministério da Saúde, Élcio Franco, confirmou a informação prestada na última sexta-feira ao Gabinete Integrado, de que houve requisição administrativa de remédios do kit junto à indústria, sem prejuízo dos contratos já firmados com as redes pública e particular. A distribuição será feita diretamente pelo ministério, e os estados considerados prioritários já estão recebendo os medicamentos desde ontem, incluindo Amazonas, Goiás, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, São Paulo, Bahia, Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Roraima, entre outros.

Ele também prestou esclarecimentos sobre o andamento de outras estratégias para enfrentar o problema: licitação centralizada, com registro de preço em ata e adesão posterior por estados e municípios, e compra internacional dos remédios via Organização Panamericana de Saúde. As



duas soluções estão previstas no acordo mediado pelo Giac e firmado entre Ministério da Saúde, Anvisa, estados e municípios. O registro de preços deve estar concluído até 15 de julho. Já a licitação internacional terá edital finalizado até sexta-feira (3). [Leia mais.](#)

## 2. MPF e PF cumprem mandados contra fraudes e desvios na compra de respiradores no Amazonas

Investigadores do Ministério Público Federal (MPF) e da Polícia Federal cumpriram na manhã desta terça-feira (30) mandados de prisão temporária contra oito pessoas, além de buscas e apreensões em 14 endereços de pessoas ligadas ao governador do Amazonas, Wilson Lima (PSC). As medidas foram determinadas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), e incluem o bloqueio de bens no valor R\$ 2,976 milhões, de 13 pessoas físicas e jurídicas. Wilson Lima é alvo de buscas e bloqueio de bens na Operação Sangria, deflagrada nesta manhã. A investigação apura a atuação de uma organização criminosa instalada no governo do Amazonas com o objetivo de desviar recursos públicos destinados ao combate da pandemia de covid-19.

Com a participação direta do governador, foram identificadas compras superfaturadas de respiradores, direcionamento na contratação de empresa, lavagem de dinheiro e montagem de processos para encobrir os crimes praticados. [Leia mais.](#)

## 3. MPF recomenda reforço no atendimento primário para diminuir internações no Noroeste de SP

O MPF recomendou que sete municípios do noroeste de São Paulo reforcem o atendimento primário em saúde para que haja redução no número de internações por covid-19 em hospitais públicos da região. Os pedidos foram encaminhados às prefeituras de Estrela D'Oeste, Fernandópolis, Jales, Santa Fé do Sul, São João das Duas Pontes, Urânia e Votuporanga. O MPF quer que os gestores municipais ponham em prática protocolos farmacêuticos, monitoramento individualizado dos pacientes e outras medidas que possam evitar o agravamento de quadros clínicos em casos detectados da doença ou de síndromes gripais. O Noroeste paulista tem enfrentado aumento abrupto no número de infectados pela covid-19 nas últimas semanas. [Leia mais.](#)



## 4. Destinações do MPT para o combate à covid-19 ultrapassam R\$ 246 milhões

O MPT divulgou mais uma atualização das destinações obtidas pelo órgão para o combate à covid-19, que já totalizam cerca de R\$ 246,8 milhões. Garantidos por decisões da Justiça do Trabalho ou por acordos extrajudiciais, os recursos vêm sendo repassados a hospitais, associações de saúde, universidades, entes da Federação, entre outros, para a execução de ações de enfrentamento do coronavírus. Entre as iniciativas custeadas com os valores estão a aquisição de equipamentos de proteção individual, a compra de respiradores, ventiladores pulmonares e kits de testagem, financiamento de pesquisas, entre outras medidas. [Leia mais.](#)